FOTO: DIVULGAÇÃO

PRIMEIRA CONVENÇÃO DE 2025 ACONTECEU NA QUINTA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

TANGARÁ DÁ PONTAPÉ INICIAL PARA AS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS DE 2025 EM MATO GROSSO

NOVO PISO SALARIAL *será de R$ 1.630 para toda a base territorial do sindicato*

ASSESSORIA

Os sindicatos do comércio varejista e dos comerciários de Tangará da Serra realizaram na quinta-feira, 16, a primeira convenção coletiva de trabalho (CCT) de 2025 em Mato Grosso. O encontro, que contou com a participação de representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas e da Associação Comercial do município, resultou em um acordo que prevê reajustes salariais e diversas melhorias para os trabalhadores da categoria.

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (Fecomércio-MT) é a legítima representante do setor no estado e organiza todos os acordos coletivos realizados com as categorias em Mato Grosso. O diretor jurídico da Federação, André Stumpf, e a assessora jurídica Luana Andrade participaram da reunião. "Realizamos a primeira convenção coletiva do estado, e foi desafiador porque não tínhamos parâmetros de outros municípios ou sindicatos", afirmou Greici Mara da Cruz, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Tangará da Serra (Sincovatan).

> ***BUSCAMOS MELHORIAS SALARIAIS PARA TODOS OS COMERCIÁRIOS***

A ausência de convenções coletivas anteriores em outros municípios tornou o processo ainda mais desafiador, como destacou Rony João Nunes Batista, vice-presidente do Sincovatan. "Através dessa negociação, buscamos benefícios e melhorias salariais para todos os comerciários que fazem parte da categoria dos sindicatos comerciais", afirmou, Luiz Carlos Lacerda, presidente do Sindicato dos Comerciários de Tangará da Serra e Região. A negociação resultou em um reajuste salarial de 5% para quem ganha acima do piso normativo, além da definição de um novo piso salarial de R$ 1.630 para toda a base territorial do sindicato. Já Fabiana de Oliveira Borges Moreti, assessora jurídica do Sindicato dos Comerciários celebrou o avanço das negociações, assim como Rodrigo Ferreira de Andrade, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Tangará da Serra (ACITS).

FOTO: DIVULGAÇÃO

PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO TEME QUE DECISÃO PREJUDIQUE AINDA MAIS OS SETORES ECONÔMICOS

MAIOR ALÍQUOTA DO MUNDO

Fecomércio detona IVA em 28%: Governo Lula vai reduzir o poder de compra da população

FERNADA ESCOUTO / REPÓRTER MT

Após o Governo Federal anunciar que a alíquota padrão da nova tributação, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), pode chegar a 28%, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (Fecomércio-MT) afirmou que a medida poderá resultar em um aumento significativo nos preços finais ao consumidor, o que vai reduzir o poder de compra e a demanda por bens e serviços.

O IVA foi instituído pela reforma tributária, que teve a primeira parte sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na quinta-feira, 16. Apesar disso, a alíquota ainda não foi definida.

Segundo o presidente da Fecomércio, José Wenceslau de Souza Júnior, se a taxa chegar a 28% isso vai prejudicar ainda mais os setores econômicos, que já operam com margens apertadas e podem enfrentar dificuldades para competir no mercado, tanto local quanto internacional.

A Federação destaca também que, com uma carga tributária tão alta, há o temor de aumento na evasão fiscal e crescimento da informalidade, dificultando a arrecadação e a fiscalização.

> ***PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA SER EFICAZ E MENOS ONEROSA, É FUNDAMENTAL ADOTAR UMA ALÍQUOTA MAIS EQUILIBRADA***

Caso se confirme os 28%, o Brasil terá a maior alíquota de IVA do mundo, comparado com países como Noruega, Portugal, Itália e Bélgica, que cobram entre 21% e 25%. "Países com economias robustas e bem estruturadas, como a Alemanha e a França, possuem alíquotas de IVA que giram em torno de 19% a 20%, valores bem abaixo do que está sendo projetado no Brasil", apontou a Fecomércio. "Para a reforma tributária ser eficaz e menos onerosa, é fundamental adotar uma alíquota mais equilibrada, que permita manter a competitividade e garanta um ambiente favorável para o crescimento econômico, além de promover eficiência no uso dos recursos públicos", completou.